



Comissão debate hoje texto que altera Lei Antiterrorismo

Projeto, de Lasier Martins, amplia o número de condutas que podem ser penalizadas, como destruir ou incendiar meios de transporte e também bens públicos ou privados

A Comissão de Constituição e Justiça debate hoje, com especialistas da área de segurança pública, projeto que aumenta o número de condutas que podem ser consideradas terrorismo. O texto, de Lasier Martins, tenta resgatar pontos vetados pela então presidente Dilma Rousseff na Lei Antiterrorismo. Assim, passaria a ser considerado terrorismo incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado, além de interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática. A oposição considera a proposta inconstitucional. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado — 31/10/2018

Projeto que amplia a Lei Antiterrorismo será debatido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com 12 especialistas na área de segurança pública



Procura por medicamentos fitoterápicos aumenta no SUS

Ligado à tradição popular, o uso de plantas para cuidar de problemas de saúde tem aumentado no país. Em clínicas e hospitais do SUS a busca por medicamentos fitoterápicos cresceu 160% entre 2014 e 2016.

A lista de remédios mais procurados inclui o guaco,

que serve para problemas respiratórios, e a espinheira-santa, usada para úlcera e gastrite. Pesquisadores se queixam da falta de investimentos em pesquisas. Há também quem diga que a rede pública não deve oferecer tratamento com fórmulas sem comprovação científica. **4 e 5**



Betty Images/Lezlicek

Ervas, raízes e sementes são vendidas em feiras para tratar doenças

Proposta aumenta recursos destinados à Embrapa **7**

Audiência discute prova nacional para médico **8**

Nova lei regula Outubro Rosa nos órgãos federais **2**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Lanielle (C), Matheus e Luana, 1º, 2º e 3º colocados no Jovem Senador 2018

Jovens Senadores tomam posse hoje no Plenário e elegem Mesa

Os 27 participantes do Projeto Jovem Senador 2018 tomam posse hoje, em solenidade no Plenário. Em seguida eles elegem a Mesa Jovem, formada por presidente,

vice-presidente e secretário. Depois os estudantes assistem a uma palestra sobre o Portal e-Cidadania e visitam o Congresso. Eles chegaram ontem em Brasília. **2**

Colegiado debate situação de fundos de pensão **3**

Começa semana sobre primeira infância **2**

Usina híbrida de energia pode ganhar incentivos

A Comissão de Infraestrutura pode votar hoje projeto que cria incentivos à produção de energia por usinas que usem mais de um tipo de fonte renovável. Um parque de energia solar, por exemplo, poderia ser instalado no lago de uma usina hidrelétrica. **7**

Pauta do Plenário tem pré-sal e Lei da Ficha Limpa

O Plenário pode votar hoje projeto que autoriza a Petrobras a transferir a petroleiras privadas até 70% dos direitos de exploração na área do pré-sal. Também está na pauta proposta que trata da inelegibilidade de políticos condenados pela Justiça Eleitoral. **3**

Jovens senadores tomam posse hoje no Plenário

Os 27 participantes chegaram ontem e inauguraram uma exposição das redações que produziram. Ao longo do dia eles elegem a Mesa Jovem e participam de intensa programação no Congresso

OS ESTUDANTES CLASSIFICADOS para o Projeto Jovem Senador 2018 chegaram ontem a Brasília. Eles abriram a exposição com as 27 redações vencedoras desta edição do projeto, no Espaço Ivandro Cunha Lima. Todos estavam acompanhados dos professores que os orientaram na produção dos textos.

Classificada em primeiro lugar, Lanielle Lorana de Sá Andrade, de Monsenhor Hipólito (PI), disse que a sensação de chegar ao Senado é “indescritível”.

— A gente só sabe quando chega aqui. Vai ser uma semana muito produtiva e cansativa, mas que valerá a pena — afirmou.

Matheus Moura Caraballante, de São Francisco (SP), comentou que se surpreendeu ao saber que foi o segundo colocado no concurso de redação.

— Quando a gente tem dedicação e se empenha bastante, junto com toda a escola, colhemos os resultados. Só tem gente maravilhosa aqui e isso nos empolga bastante — ressaltou.

Luana Coutinho da Silva, de Igarapé-Açu (PA), que conquistou o terceiro lugar, relatou que suas expectativas para esta semana são altas. Segundo ela, seu objetivo é apresentar alguma proposta voltada para o meio ambiente.

— É muito bom estar aqui em Brasília como jovem senadora. Pretendo propor



Jovens senadores inauguram a mostra com as 27 redações vencedoras

mudanças na legislação que trata do tratamento de esgoto — afirmou.

O coordenador de Eventos do Senado, Herivelto Ferreira, ressaltou que as ideias apresentadas pelos estudantes podem virar projetos de lei.

— O diferencial do Jovem Senador, em relação a outros projetos de empoderamento juvenil, de conscientização e de democratização, é que as propostas podem tramitar de verdade na Casa. Eles discutem, relatam e votam. Se aprovados pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), as propostas tramitarão como projetos de lei — observou.

Posse

Hoje, às 11h, eles tomarão posse como jovens senadores, em solenidade no Plenário. Em seguida, elegerão a Mesa Jovem, formada por presidente, vice-presidente e secretário. Todos podem se candidatar e os três escolhidos conduzirão

os trabalhos legislativos desta edição do projeto.

Também hoje os estudantes assistirão a uma palestra sobre o Portal e-Cidadania, instrumento que tem o intuito de aproximar o cidadão do processo legislativo. Também visitarão o Congresso e conhecerão a exposição sobre os 30 anos da Constituição. Durante a semana, estão previstas ainda atividades de lazer como ida ao cinema e visitas a pontos turísticos de Brasília, como a Catedral Metropolitana e o Palácio do Itamaraty.

Responsabilidade

O projeto é voltado para a educação política dos jovens, como parte da estratégia de responsabilidade social do Senado, e conta com a parceria do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Também apoiam a iniciativa as secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal.

Lei oficializa Outubro Rosa em órgãos federais

A participação da administração pública federal na campanha Outubro Rosa, de conscientização sobre o câncer de mama, agora é oficial. É o que estabelece a Lei 13.733, sancionada e publicada no *Diário Oficial da União* de ontem.

A nova lei tem origem no Projeto de Lei da Câmara 32/2018, dos deputados Carmen Zanotto (PPS-SC) e Dr.

Jorge Silva (SD-ES), aprovado pelo Senado no dia 30 de outubro.

Pelo texto, serão realizadas anualmente no mês de outubro atividades para conscientizar sobre o câncer de mama, como a iluminação de prédios públicos em cor rosa; a promoção de palestras, eventos e atividades educativas; a veiculação de campanhas de mídia e a oferta de materiais

sobre a prevenção ao câncer, como folhetos.

O Outubro Rosa é uma campanha criada originalmente nos Estados Unidos, que usa o mês de outubro como período de divulgação de informações sobre o câncer de mama e de incentivo à arrecadação de fundos para pesquisas sobre a doença. Ela foi adotada no Brasil, onde é comum que órgãos públicos promovam eventos de conscientização e iluminem os edifícios com a cor rosa.

Comum

A relatora do projeto no Senado, senadora Marta Suplicy (MDB-SP), observou que o câncer de mama é o segundo tipo mais comum no Brasil e o mais fatal. Em 2016, segundo o Sistema Único de Saúde, mais de 16 mil mulheres morreram vítimas da doença.



Pela lei, prédios públicos, como o Congresso, deverão promover campanha

Evento de valorização da primeira infância vai até quinta-feira

“A construção da paz pela primeira infância: parentalidade, proteção e promoção da criança” é o tema da 11ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que começa hoje e vai até quinta-feira. O objetivo é sensibilizar os legisladores a criar e aprovar projetos de lei que fomentem políticas públicas, estimulem o exercício da parentalidade e protejam a criança e a gestante, promovendo a saúde física e mental da mãe e o desenvolvimento integral da criança.

O evento é organizado pela Comissão Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado, em parceria com a Universidade Paris Descartes, o Laboratório de Psicopatologia e Processos de Saúde da França, a Andi — Comunicação e Direitos, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e o Banco Mundial, e tem o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Ao longo de três dias, conferências e painéis apresentados por 35 especialistas nacionais e internacionais, audiências públicas, lançamento de livros e oficinas estão previstos. O evento é voltado para representantes dos três Poderes, gestores públicos e privados das áreas de educação, saúde, desenvolvimento social e direitos humanos. Também atenderá profes-

sores e estudantes universitários, além profissionais de imprensa, membros de organizações não governamentais e instituições da sociedade civil.

Participantes

Especialistas como o neurologista e psiquiatra francês Boris Cyrulnik, a psicóloga brasileira Jacqueline Wendland, do grupo de experts em saúde e desenvolvimento da mãe, em Paris, e o psiquiatra norte-americano Joshua Sparrow, que atua na força-tarefa contra a pobreza infantil estão convidados.

O especialista em educação infantil do Distrito Federal Vital Didonet falará sobre o evento após a abertura.

Amanhã, às 10h, haverá audiência pública conjunta das Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Direitos Humanos (CDH), com o tema “Educar para a paz: experiências internacionais e brasileiras”. À tarde, estão marcados lançamentos de livros na Biblioteca Luiz Viana Filho. Na quinta-feira, nove oficinas sobre diversos temas vinculados ao desenvolvimento infantil estão na agenda.

Inscrições para as conferências e oficinas, e programação completa, estão disponíveis no site da comissão.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Verba para transportes**
9h Análise do PLS 11/2013, que destina recursos da Cide para projetos de infraestrutura de transportes coletivos.
- CDH Fundos de pensão**
9h30 Debate sobre fundos de pensão.
- CAE Quadro fiscal brasileiro**
10h Audiência sobre o quadro fiscal. Após, análise de textos como o PLS 232/2016, que trata do modelo comercial do setor elétrico.
- CCJ Terrorismo**
10h Debate sobre o PLS 272/2016, que disciplina condutas como terrorismo.
- CRA Plantas ornamentais**
11h Audiência sobre plantas ornamentais. Após, texto sobre cultivares na pauta.

- INSTITUCIONAL Jovem Senador**
11h Sessão de posse dos jovens senadores e eleição da Mesa Jovem.
- CE Proficiência em medicina**
11h30 Audiência para instruir o PLS 165/2017, que institui exame para o exercício da medicina.
- CMA Embalagens**
11h30 Análise do PLC 37/2017, que aumenta prazo para que conste em embalagens alerta sobre consumo responsável de água.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Na pauta, texto sobre áreas contratadas pela Petrobras por cessão onerosa.
- CMO Votação**
14h30 Reunião deliberativa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• **Alô Senado:** 0800 612211
• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• **TV:** senado.leg.br/TV

Terrorismo é tema de audiência em comissão

CCJ debate hoje projeto que aumenta número de condutas previstas na Lei Antiterrorismo, como destruir ou incendiar meios de transporte ou qualquer bem público ou privado

ESPECIALISTAS DA ÁREA de segurança pública serão recebidos pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), às 10h de hoje, para um debate sobre o projeto que amplia as condutas consideradas atos de terrorismo.

De autoria de Lasier Martins (PSD-RS), o PLS 272/2016 pretende recuperar pontos vetados pela então presidente Dilma Rousseff na Lei Antiterrorismo (Lei 13.260, de 2016), com origem no PLC 101/2015. Na ocasião, os vetos foram justificados pela intenção de afastar qualquer possibilidade de criminalização de manifestações promovidas por movimentos sociais. Colocados em votação em maio de 2016, os vetos foram mantidos com apoio de mais de 300 deputados (com esse resultado, não houve necessidade de votação no Senado).

O senador, no entanto, acredita que a ex-presidente mutilou a legislação, tornando-a inócua. O relator, Magno Malta (PR-ES), concorda com o colega e recomenda a aprovação do projeto. Na avaliação do senador, o texto “corrige distorções decorrentes do veto presidencial”. A preocupação expressada pelo Poder Executivo ao vetar esses dispositivos não era, no



José Cruz/Abi

Pelo texto, a depredação de prédios públicos pode ser penalizada com prisão de 12 a 30 anos

seu ponto de vista, precedente.

O projeto pretende considerar como atos de terrorismo as seguintes condutas que haviam sido vetadas: incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado, além dos atos de interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática ou bancos de dados. A pena estipulada para todas essas condutas será de

12 a 30 anos de reclusão, bem como sanções correspondentes à prática de ameaça ou violência.

Oposição

O assunto é polêmico e não encontra consenso. Randolfe Rodrigues (Rede-AP), por exemplo, apresentou voto em separado pela rejeição do projeto.

Dois argumentos sustentam a posição do senador: vício de iniciativa

e inconstitucionalidade material. O primeiro ponto negativo levantado refere-se à intenção “primordial” da proposta de resgatar dispositivos já vetados pela Presidência da República. Segundo Randolfe, o artigo 67 da Constituição estabelece que matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá ser objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, se tiver o apoio da maioria absoluta dos membros de uma das Casas do Congresso Nacional.

Quanto à inconstitucionalidade material, estaria evidente no espírito do projeto, que “se opõe aos valores republicanos e democráticos imprescindíveis para o bom funcionamento do Estado”.

Convidados

A comissão convidou 12 pessoas para a audiência, entre elas o diretor-geral da Polícia Federal, Rogério Galloro, o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Janér Tesch Hosken Alvarenga, o secretário-geral da Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), Leonardo Steiner, e o presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), Cristiano Avila Maronna.

Pré-sal e mudança na Lei da Ficha Limpa estão na pauta do Plenário

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a pena de oito anos de inelegibilidade para políticos condenados pela Justiça Eleitoral por abuso de poder econômico pode ser aplicada até mesmo a pessoas condenadas antes da entrada em vigor da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135), em vigor desde junho de 2010. O entendimento, porém, pode ser alterado caso projeto do senador Dalirio Beber (PSDB-SC) seja aprovado. O PLS 396/2017 está na pauta de hoje do Plenário e deve ser analisado em regime de urgência.

De acordo com Dalirio, a legislação aprovada, que levou à interpretação do Supremo, abriu espaço para insegurança jurídica.

— Não parece razoável que o aumento de prazos de inelegibilidade, sejam os já encerrados ou aqueles ainda em curso, e já objeto de sentenças judiciais, possa conviver em paz com os postulados do Estado de direito. Um tal aumento configura, de

modo inequívoco, um claro exemplo de retroatividade de lei nova para conferir efeitos mais gravosos a fatos já consumados — alega na justificativa.

O texto ainda precisa de parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que deve ser dado em Plenário.

Petróleo

O Plenário pode analisar na mesma sessão, também em regime de urgência, projeto que autoriza a Petrobras a transferir a petroleiras privadas até 70% de seus direitos de exploração na área do pré-sal. O PLC 78/2018, do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), aguarda em Plenário manifestação da CCJ e das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Infraestrutura (CI).

O que o Senado vai apreciar é o substitutivo aprovado pela Câmara, pelo qual o petróleo que exceder 5 bilhões de barris deverá ser licitado no regime de partilha, após ser revisto o contrato de cessão entre a União e a Petrobras.

Estudos da certificadora indepen-

dente Gaffney, Cline & Associates — contratada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) — estimam que oscile entre 6 bilhões e 15 bilhões de barris o volume excedente à captação autorizada à estatal.

Com o projeto da cessão onerosa, a União pode garantir uma receita de R\$ 100 bilhões com a venda, pela Petrobras, do excedente do petróleo extraído do pré-sal.

Está na pauta ainda o projeto que cria o Conselho de Avaliação de Políticas Tributárias. Aprovado em julho na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o PRS 10/2018 vincula o colegiado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que propôs sua criação. Com caráter consultivo, o conselho vai auxiliar na avaliação do sistema tributário nacional. Segundo o relator na CCJ, José Pimentel (PT-CE), o projeto não eleva custos ao Senado e pode melhorar a cooperação institucional entre a Casa e o Poder Executivo.

Comissão de Assuntos Econômicos discute hoje o quadro fiscal do país

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne hoje, às 10h, para debater a evolução do quadro fiscal brasileiro e analisar variáveis econômicas relevantes como as receitas, despesas e a tendência da dívida pública. O colegiado vai ouvir o presidente da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto.

O presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), que pediu a audiência, afirmou que a reunião é importante diante da situação de um novo governo e de um quadro fiscal “dramático”.

— A IFI é uma instituição do Senado que pode dar a todos os senadores um cenário, um retrato muito claro dos problemas que nós poderemos ter já no próximo ano e no futuro também, em relação ao Orçamento, que será nossa meta de final de ano mais importante. Então, é importante a presença dos senadores.

Projeto não deve ser analisado com urgência, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) anunciou em Plenário que assinou requerimento para a retirada da urgência do projeto que flexibiliza a Lei da Ficha Limpa. A proposta determina que as penas previstas na lei só podem ser aplicadas a casos de condenação após sua entrada em vigor, em junho de 2010. Atualmente,



de acordo com interpretação do Supremo, a lei prevê a punição de oito anos de inelegibilidade de políticos que tenham sido condenados pela Justiça Eleitoral por abuso de poder, até mesmo antes de 2010.

— O que as urnas esse ano disseram? Basta de corrupção.

Lasier quer votação aberta para escolha de presidente do Senado

Lasier Martins (PSD-RS) defendeu que a escolha do próximo presidente do Senado seja feita pelo voto aberto. Para ele, é preciso dar a todos os atos a transparência exigida pelos brasileiros. Lasier lembrou que o Regimento Interno do Senado prevê a votação secreta para escolha



dos membros da Mesa, mas a Constituição, que tem mais força que o regimento, quando trata do voto secreto, o faz expressamente.

— Que o Senado seja o exemplo, o modelo de lisura, de transparência, de correção, de espírito público, de atendimento aos interesses do Brasil.

Ataídes pede apuração de irregularidades no Sistema S

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) pediu que o Ministério Público e a Polícia Federal apurem eventuais irregularidades na gestão do dinheiro destinado às entidades do Sistema S

O senador denunciou que a verba que deveria ser usada para a qualificação de mão de obra e a promoção da



saúde e do lazer de trabalhadores acaba sendo empregada indevidamente, em aplicações financeiras e imobiliárias.

Na opinião dele, o Sistema S não pode ter regras próprias de licitação, como ocorre hoje. Ele criticou ainda os altos salários pagos aos dirigentes das entidades.

Colegiado debate registros de flores e plantas

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária faz audiência pública sobre isenção de registro a cultivares de domínio público. Pauta ainda tem três projetos

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza audiência pública hoje sobre a isenção do registro de cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público no Registro Nacional de Cultivares (RNC). O debate foi proposto por Ana Amélia (PP-RS) e Paulo Rocha (PT-PA).

Uma cultivar resulta do melhoramento de uma variedade de planta e difere das demais plantas dessa variedade na cor, formato, porte ou outra característica. No desenvolvimento de uma cultivar não ocorre alteração dos genes, mas uma nova combinação do seu próprio material genético.

Pelo projeto, o produtor de flores que desenvolver uma nova cor de orquídea, por exemplo, será liberado de inscrever o produto no RNC.

A proposta, do deputado Junji Abe (MDB-SP), recebeu voto favorável de Ronaldo Caiado (DEM-GO), também relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE),



André Borges/Agência Senado

Orquídeas reproduzidas em laboratório: variedade de flor em nova cor pode passar a ser liberada de registro

onde o texto foi aprovado.

A atual forma de usar o RNC, segundo o relator, “faz com que o registro seja meramente uma exigência burocrática, não trazendo nenhum benefício direto, mas apenas gerando custos desnecessários e freando o desenvolvimento do setor”.

Burocracia

A legislação atual já desobriga de inscrição no RNC cultivares locais ou crioulas (variedades desenvolvidas, adaptadas ou produzidas em certos locais, com características bem determinadas e reconhecidas pelas respecti-

vas comunidades) de milho, feijão, arroz e outras plantas tradicionais de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e indígenas. Para Caiado, o projeto tem intenção semelhante.

“É absolutamente compreensível que a imposição do cadastro de cada cultivar ornamental no RNC apenas eleva os custos e a burocracia de um segmento que está normalmente sujeito a margens estreitas de lucros, mas demanda e emprega intensivamente mão de obra, distribuindo renda e beleza”, argumentou Ronaldo Caiado.

Para debater o tema foram

convidados para a audiência David Laurence Hathaway, consultor da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), e representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), dos Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Votações

A CRA pautou também para hoje a análise dos PLSs 404, de José Givago Tenório (PP-AL), 117, de Cidinho Santos (PR-MT), e 251, de Wellington Fagundes (PR-MT), todos deste ano.

O PLS 404/2018 amplia de 15

para 20 a 25 anos a proteção à propriedade de plantas criadas por diversas tecnologias. Segundo José Givago, é um alinhamento do Brasil com o mundo:

— As regras da União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV), da qual o Brasil é signatário, mudaram após a aprovação da lei brasileira, em 1997. Realmente era de 15 anos, mas se passou para maioria dos casos para 20 anos.

O PLS 117/2018 estende ao produtor de farelo e de óleo de milho a isenção de PIS/Pasep e Cofins que o de soja possui, como defende Cidinho Santos:

— É uma questão de justiça se conceder uma isonomia tributária entre esses dois grãos.

Já o PLS 251/2018 propõe retirar da matrícula do imóvel rural a exigência Reserva Legal como Cota de Reserva Ambiental — a chamada CRA. Wellington Fagundes afirma que isso é uma atitude condizente com a lei:

— Trata-se de um dispositivo que não condiz com as características e funções que a nova lei florestal imprimiu às áreas de reserva legal — esclareceu o senador.

Fundos de pensão serão tema de audiência hoje

A situação dos fundos de pensão será tema de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) marcada para hoje, às 9h30. O requerimento é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados para o debate representantes da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar), da Caixa de Previdência dos

Funcionários do Banco do Brasil (Previ), do Instituto de Previdência Complementar dos Correios (Postalís) e da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros). Os senadores devem ouvir ainda sindicalistas, aposentados e pensionistas.

MP sobre doações para museus pode avançar

Pode ser votado amanhã, às 14h30, o relatório da Medida Provisória 851/2018, que permite a criação de fundos patrimoniais e estimula doações privadas para projetos de interesse público nas áreas de educação, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social e esporte.

Combinada com a MP 850/2018, que cria a Agência Brasileira de Museus (Abram), a MP 851 trata da gestão e da conservação dos museus do país. A edição das duas medidas provisórias se deu após o incêndio que destruiu o Museu Nacional, no Rio de Janeiro. A instituição, que tinha um acervo com mais

de 20 milhões de itens, é a mais antiga do gênero no país — completou 200 anos em junho.

A responsável pelo relatório, que ainda será apresentado, é a deputada Bruna Furlan (PSDB-SP). Depois de passar pela comissão, a MP ainda será analisada pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Gleisi elogia médicos cubanos e culpa Bolsonaro pela saída

Gleisi Hoffmann (PT-PR) defendeu o trabalho dos profissionais cubanos no Programa Mais Médicos, fundamentais para o país, segundo ela. A senadora culpou o presidente eleito, Jair Bolsonaro, pela saída desses médicos do Brasil, acusando-o de ser agressivo, mostrar falta de compostura e de não compreender as necessidades da população.

Para Gleisi, é “ridículo” chamar de escravo o trabalho dos cubanos, quando os médicos brasileiros recebem apenas R\$ 20 dos planos de saúde por consulta.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Hélio José registra os 129 anos da República e pede reflexão

Hélio José (Pros-DF) lembrou os 129 anos da Proclamação da República, comemorados na quinta-feira.

Citando a República Velha, a Era Vargas e a ditadura militar, ele disse que foram poucos os períodos democráticos no país desde 1889, ano da proclamação. Assim, apenas 51, dos 129 anos, se deram em plena normalidade democrática.

O senador pediu que a data seja uma oportunidade de reflexão sobre as condições do país no que diz respeito à saúde, à segurança, à educação e à desigualdade social.



Jefferson Rudy/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Comissão vota hoje licitação de usinas híbridas

Projeto do senador Hélio José propõe a eliminação de entraves à produção de energia elétrica por meio de geradoras que usam mais de um tipo de fonte renovável

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) pode votar hoje, a partir das 9h, projeto do senador Hélio José (Pros-DF) que inclui no ambiente de contratação regulada licitações de energia elétrica produzida por empreendimentos híbridos com fontes renováveis (PLS 107/2017).

Usinas híbridas são aquelas que usam mais de um tipo de fonte para gerar energia elétrica. A proposta autoriza esses empreendimentos a somarem suas capacidades instaladas de produção a partir de cada fonte para calcular o total de energia que se comprometem a produzir, a chamada garantia física.

Relatório

O relatório na CI, de autoria do ex-senador Roberto Muniz, defende que o desenvolvimento tecnológico e industrial do setor será incentivado pela eliminação dos entraves à participação das usinas híbridas nos leilões, além de possibilitar o desenvolvimento econômico e social de áreas mais remotas do país.

“Além de viabilizar empreendimentos com grande potencial, especialmente nas áreas mais distantes dos grandes centros, a autorização para empreendimentos híbridos tem a vantagem adicional de permitir o compartilhamento das instalações de distribuição e transmissão, o que reduz os custos de capital dos empreendimentos”, aponta no relatório.

Muniz destaca ainda que as fontes renováveis de energia exercem um papel fundamental na redução das emissões de gases do efeito estufa e na manutenção de uma matriz energética limpa.

Exemplos

Na justificativa da proposta, Hélio José menciona que a geração a partir de fontes renováveis é intermitente, o que dificulta seu aproveitamento.

Ele entende, entretanto, que a desvantagem poderá ser minorada justamente com o uso de dois tipos de fontes de geração no mesmo empreendimento, permitindo tornar a geração elétrica mais



O parque de energia eólica e solar em Caetité (BA) poderá abastecer uma cidade com 130 mil habitantes

constante ao longo do tempo.

Um tipo de arranjo citado pelo senador seria uma usina híbrida com fontes solar e eólica. Quando a radiação solar diminui ou cessa, a permanência dos ventos torna a geração elétrica menos sujeita a interrupções ou oscilações.

Complemento

O senador também acrescenta que em muitas localidades do Nordeste, por exemplo,

as fontes são complementares: nos horários de maior insolação, a velocidade dos ventos se reduz e à noite os ventos sopram com força.

“Outra possibilidade de arranjo híbrido pode ser constituída pela combinação das fontes hidráulica e solar. Nos períodos de forte insolação, a geração fotovoltaica, que poderia ser obtida a partir de painéis instalados sobre flutuadores no reservatório,

permitiria que se economizasse água para ser utilizada na geração hidrelétrica, nos períodos em que a insolação fosse reduzida ou ocorresse aumento de demanda”, explica o senador.

Caso a proposta seja aprovada na comissão, poderá seguir diretamente para a análise da Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para que seja votada antes pelo Plenário do Senado.

Embrapa e energia estão na pauta de colegiado

Treze proposições estão na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), após a audiência pública com o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto, prevista para 10h.

Um dos projetos é o PLS 39/2017, de autoria de Alvaro Dias (Pode-PR), que aumenta a fonte de recursos da Embrapa.

O texto inclui entre os recursos da Embrapa os oriundos do licenciamento para exploração comercial das tecnologias, dos produtos, dos serviços e dos direitos de uso da marca. Além disso, vincula a aplicação desses recursos à atividade de pesquisa e desenvolvimento da empresa, o que antes não era previsto em lei.

“A proposta é oportuna por

ampliar os canais de oferta das tecnologias, produtos e serviços da Embrapa ao mercado consumidor. Além disso, possibilita que os recursos arrecadados com os licenciamentos sejam integralmente revertidos ao fomento da atividade de pesquisa e desenvolvimento realizada pela empresa, oferecendo-lhe maior presença estratégica no mercado de inovação tecnológica”, diz o relator, Ronaldo Caiado (DEM-GO)

Energia

Também pode ser analisado o PLS 232/2016, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que propõe alterações na legislação do setor elétrico visando expandir o mercado livre de energia. O relator é o presidente da comissão, Tasso Jereissati (PSDB-CE),

que elaborou voto favorável.

Cássio alega que é necessário incentivar a liberdade de escolha do consumidor. Por isso, o projeto propõe reduzir gradualmente os limites de carga para que os consumidores regulados (chamados de cativos) possam usufruir do direito de escolher o fornecedor do qual comprarão energia. Pela legislação atual, consumidores com consumo inferior a 500 kilowatts somente podem comprar energia da distribuidora na qual estão conectados.

Depois de passar pela CAE, a proposta ainda será analisada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Infraestrutura (CI), em decisão terminativa, ou seja, sem necessidade de ir a Plenário, a menos que haja recurso.

Proposta aumenta área em que é proibido construir perto de rios

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) pode analisar hoje, às 11h30, o projeto que dobra o tamanho das faixas não edificáveis nos parcelamentos de solo urbano. O PLS 66/2014 altera a Lei do Parcelamento do Solo Urbano para ampliar as áreas com proibição de construção às margens de rios, lagos e estradas.

Atualmente a legislação determina como requisito urbanístico para loteamento a obrigatoriedade de reserva de uma faixa não edificável de 15 metros ao longo das águas correntes (mares, rios, riachos e canais) e dormentes (lagos, lagoas, açudes) e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias. O projeto aumenta a faixa para 30 metros.

A proposta é de Paulo Bauer (PSDB-SC) e será votada na forma de um substitutivo do relator, Valdir Raupp (MDB-RO). O texto tramita em conjunto com um segundo projeto do ex-senador Rodrigo Rollemberg, o PLS 408/2012, que foi rejeitado pelo relator. O substitutivo mescla elementos das duas propostas.

Se aprovado, o substitutivo precisará ser votado também em turno suplementar pela comissão. Cumprida essa etapa, poderá ser enviado diretamente para a Câmara, se não houver recurso para votação

pelo Plenário do Senado.

Também consta na pauta o projeto que estabelece o descarte ambientalmente adequado do óleo de cozinha (PLS 75/2017). Hoje esse resíduo é despejado no ralo da pia, o que leva ao entupimento de instalações sanitárias e das redes de esgoto.

A proposta de José Medeiros (Pode-MT) altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2010) para incluir o óleo de cozinha e demais gorduras de uso culinário na lista de produtos do sistema de logística reversa. A intenção é repassar a responsabilidade pela coleta, pelo reaproveitamento e pelo descarte correto desses materiais para os fabricantes. Hoje fabricantes de pneus, pilhas, baterias, lâmpadas e produtos químicos, entre outros, já têm sua responsabilidade definida no processo de logística reversa.

O relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), recomendou a aprovação da medida. A iniciativa trará impactos positivos sobre a coleta e a reciclagem de óleos e gorduras comestíveis, acredita o parlamentar, observando que o processamento ambientalmente adequado não chega a 5% do volume descartado. A proposta será votada em decisão terminativa na CMA.



Entre as novas verbas para a Embrapa previstas no projeto, está o licenciamento para exploração da marca

Comissão debate exame nacional para médicos

Proposta obriga recém-formados a fazer prova como a da OAB para advogados a fim de obter autorização para exercer a profissão. Senadores divergem sobre a questão

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) realizará hoje audiência pública sobre obrigatoriedade de submeter os médicos recém-formados a exame nacional de proficiência para exercer a profissão. A ideia da proposta é garantir a realização de uma prova assim como ocorre com os bacharéis em direito, que precisam fazer o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O projeto é do senador Pedro Chaves (PRB-MS).

O debate foi requerido pelos senadores Ronaldo Caiado (DEM-GO), Lasier Martins (PSD-RS), Humberto Costa (PT-PE) e outros. A reunião ocorrerá às 11h30.

Foram convidados para a audiência o vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM) Mauro Luiz de Britto, o presidente do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, Janguê Diniz, o presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes, Juracy Barbosa, a diretora-executiva da Associação Brasileira de Educação Médica, Hermila Tavares, o vice-presidente da Associação Médica Brasileira José Luiz Dantas Mestrinho

e o coordenador-geral da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina, Gustavo Di Lorenzo.

O PLS 165/2017 determina que os recém-formados só poderão se inscrever no Conselho Regional de Medicina (CRM) após aprovação em teste de proficiência que avalie suas competências éticas e cognitivas e habilidades profissionais.

Caso aprovada, a prova será realizada duas vezes ao ano, em uma única etapa, pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). As novas regras não serão aplicadas aos médicos que já estão inscritos no CRM e aos estudantes que ingressaram no curso de medicina antes da publicação da lei.

Rejeição

O projeto seria analisado somente na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde foi apresentado relatório pela rejeição, elaborado por Otto Alencar (PSD-BA) e ainda não votado. No relatório, o senador, que é médico, advertiu que o texto tem caráter paliativo, “uma vez que não há propostas para resolver a causa principal do problema



Regras não atingem os já inscritos nos conselhos regionais de Medicina

que se quer atingir, a formação médica de baixo nível”.

Porém, o autor do projeto, Pedro Chaves, apresentou requerimento para a avaliação da matéria também na CE. O relator na comissão, Ronaldo Caiado (DEM-GO), apresentou relatório favorável. De acordo com o senador, também formado em medicina, a iniciativa pode mitigar o problema da má formação de novos profissionais.

Ele argumenta que, entre as 287 faculdades de medicina no Brasil, muitas não têm corpo docente adequado nem mantêm um padrão de ensino. Caiado também ressalta que

os cursos públicos sofrem com as frequentes greves e escassez de verbas. Já nos cursos particulares “o que se verifica, frequentemente, é a quase sempre baixa qualidade”.

— Como cada instituição realiza o vestibular à sua maneira, em regra as provas são menos complexas e acabam por atrair alunos com baixa formação. Além disso, em muitos casos, o currículo do curso fica aquém do esperado — analisa.

Caiado lembra que os Conselhos Regionais de Medicina de São Paulo e de Goiás já aplicam testes. Ele cita outros países que também adotam

o procedimento: Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Chile e Inglaterra.

O senador apresentou duas emendas ao texto. Uma confere ao Conselho Federal de Medicina a atribuição de definir a forma e a periodicidade do exame — tal como ocorre com o exame da OAB.

A segunda emenda obriga o estrangeiro ou brasileiro formado no exterior a fazer o exame de revalidação do diploma de graduação. Atualmente o Revalida já é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), mas ainda não é previsto por lei.

Mais Médicos

A emenda, apresentada por Caiado em maio passado, se assemelha a promessa de campanha do presidente eleito, Jair Bolsonaro. Tal medida teria impacto no Programa Mais Médicos, que contrata profissionais estrangeiros sem a necessidade de revalidação do diploma.

Humberto Costa e Fátima Bezerra (PT-RN) apresentaram voto em separado pela rejeição da proposta.

ELEIÇÕES 2018

Renan Calheiros (MDB-AL)



Senador reeleito quer consenso para a posse de arma

Renan Calheiros destaca disposição para diálogo

Renan Calheiros vai para o seu quarto mandato consecutivo, tendo sido presidente da Casa entre 2013 e 2017. Aos 63 anos, ele não descarta presidir o Senado novamente.

— Se houver essa missão novamente a cumprir, eu estou disposto.

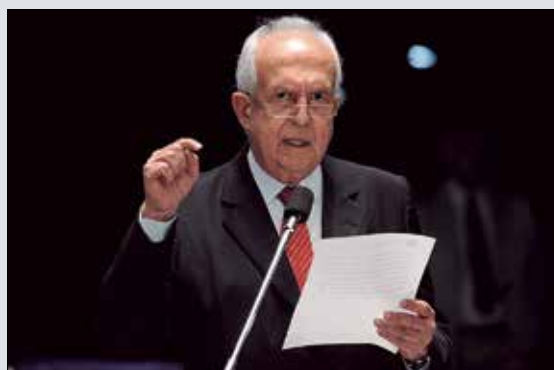
Renan Calheiros defende a construção de uma convergência em torno de projetos polêmicos, como a posse de armas de fogo.

— Cabe ao Poder Executivo

uma parte considerável da pauta que vai colocar no Congresso Nacional. E o Congresso não pode dar as costas a nenhuma questão. Tem que discuti-las e, se houver condições, decidir sobre elas.

O parlamentar, que foi ministro da Justiça do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, também afirmou querer colaborar com a gestão do presidente eleito, Jair Bolsonaro, em algumas mudanças na economia.

Jarbas Vasconcelos (MDB-PE)



Atual deputado retorna ao Senado contra o desemprego

Jarbas quer prioridade para aumento do emprego

O desemprego no país precisa ser combatido. É o que defende o senador eleito Jarbas Vasconcelos. Ele afirma que trabalhará em favor da retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico do país.

Jarbas, que atualmente é deputado federal, retorna ao Senado para o seu segundo mandato, tendo exercido a função de 2007 a 2015. Aos 76 anos, ele é advogado por formação e tem longa carreira

na vida pública. Foi deputado federal por três vezes, eleito prefeito do Recife por dois mandatos e governou Pernambuco de 1999 a março de 2006, ano em que foi eleito para o Senado.

— Minha atuação será muito voltada para políticas públicas que ajudem o mercado de trabalho a voltar a crescer. Isso sem esquecer de investimentos em educação, na formação dos jovens para esse mercado de trabalho.

Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)



Futuro senador também quer reformar a Previdência

Flávio Bolsonaro defende redução da maioria

A redução da maioria penal será uma das bandeiras do senador eleito Flávio Bolsonaro, assim como a reforma da Previdência e a geração de emprego.

Com 37 anos, Flávio Bolsonaro está concluindo seu quarto mandato de deputado estadual. É bacharel em direito e pós-graduado em ciências políticas. É também empresário e presidente do Partido Social Liberal (PSL) no Rio de Janeiro.

— Tenho plena consciência de que a gente pode fazer um mandato e um governo que seja um divisor de águas no Brasil tirando tantos milhões de pessoas do desemprego e mudando a legislação penal para reduzir a sensação de impunidade — declarou.

Bolsonaro afirmou ainda que tentará dar celeridade à votação de projeto sobre a redução da maioria penal de 18 para 16 anos de idade, nos casos de crimes hediondos.